

Jane Araújo



Osmar Serraglio (à esquerda, ao lado de Delcídio Amaral) informa que convocação de Duda Mendonça será votada nesta semana

Serraglio diz que relatório da CPI citará o presidente

O relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio, anunciou ontem que fará referência ao presidente Lula no documento final da comissão, a ser apresentado em março. Para Serraglio, o presidente sabia da existência do mensalão e esteve "muito próximo da negligência" em relação ao caso. O relator informou que o requerimento de convocação do publicitário Duda Mendonça deve ser votado nesta semana. **Página 4**

Interpol e Polícia Federal na pauta

O diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e um representante da Interpol devem ser ouvidos hoje, às 10h, pela Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da CPI dos Correios. A reunião terá continuidade às 14h30 para tomar depoimento do juiz da 2ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, Sérgio Moro. Às 14h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouvirá dirigente do instituto de seguridade Nucleos. **Página 4**

O que muda

A lei estabelece o último dia do ano-base de contribuição como limite máximo para a realização de doações aos fundos municipais, estaduais e nacional em defesa da criança e do adolescente.

O projeto em análise permite que as doações sejam feitas no momento em que já se conhece o montante do Imposto de Renda devido. As pessoas físicas, por exemplo, poderão efetuar doações até a data da entrega da declaração de ajuste anual.

A proposta possibilita ainda que doações de pessoas jurídicas sejam realizadas dentro do limite de 1% do Imposto de Renda devido, apurado pelas empresas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.



Palocci deve depor até dia 3 na CPI dos Bingos

O líder do PFL, José Agripino, informou que deve ocorrer nos próximos dez dias o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à CPI dos Bingos. Agripino disse que o ministro avisou que vai discutir a data com o presidente da CPI, Efraim Morais, "tomando por base a agenda da economia". Hoje, a CPI deve ouvir três pessoas ligadas ao caso do prefeito assassinado Celso Daniel. **Página 4**

Projeto facilita doações a fundos para crianças

As doações de pessoas físicas e jurídicas aos fundos de defesa da criança e do adolescente poderão ser facilitadas. Esse é o objetivo de projeto que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 2**

Autor de projeto afirma que falta de marco regulatório inibe investimentos na indústria e concentra mercado

Comissão pode votar incentivo ao uso do gás

A Comissão de Constituição e Justiça poderá votar amanhã projeto de Rodolpho Tourinho que estabelece o marco regulatório do gás natural, visando aumentar a utilização do produto na economia. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, a demanda de gás natural tem apresentado uma tendência crescente. O Brasil passou de um consumo de 4,2 bilhões de metros cúbicos, em 1990, para 7,7 bilhões de metros cúbicos em 1999, com crescimento anual acumulado de 7%. A proposta tramita em conjunto com dois projetos de Marcelo Crivella que tratam do mesmo tema. **Página 6**



Renan acredita que salário mínimo poderá ser maior que no início do Plano Real

Renan quer política para elevar o salário mínimo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defende a criação de uma política permanente para os reajustes do salário mínimo, que recomponha o poder de compra e seja implementada juntamente com a isenção dos produtos que compõem a cesta básica. "Não vejo dificuldades em termos um mínimo de R\$ 350 ou R\$ 360, pois a economia pode pagar esse salário", disse Renan. O relator do Orçamento, deputado Carlito Merss, apóia o aumento para R\$ 350 a partir de maio. Paulo Paim promove hoje reunião preparatória sobre o assunto, que deve ser discutido amanhã em audiência com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. **Página 3**

Projeto prevê que doações de pessoas físicas podem ser feitas até a data de entrega da declaração de ajuste anual do IR



Proposta será examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos

Doação a fundo de defesa da criança pode ser facilitada

As doações de pessoas físicas e jurídicas aos fundos de defesa da criança e do adolescente poderão tornar-se mais fáceis por meio das regras estabelecidas no projeto da Câmara que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Serão também apreciadas diversas mensagens presidenciais de autorização de contratação de operações de crédito externo.

A lei em vigor estabelece o último dia do ano-base de contribuição como limite para a realização de doações aos fundos municipais, estaduais e nacional em defesa da criança e do adolescente. O projeto em análise na comissão (PLC 51/04) permite que as doações sejam feitas no momento em que já se conhece o montante do Imposto de Renda devido. As pessoas físicas, por exemplo, poderão efetuar

doações até a data da entrega da declaração de ajuste anual.

A proposta possibilita ainda que as doações de pessoas jurídicas sejam realizadas dentro do limite de 1% do Imposto de Renda devido, apurado pelas empresas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Relator na comissão, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) é favorável ao texto.

Na reunião de hoje, a CAE analisa ainda a proposta de programação monetária para o primeiro trimestre de 2006, que tem parecer favorável da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT). Também será examinada a Mensagem 235/05, que pede autorização do Senado para a contratação de crédito externo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 658,3 milhões, dentro do Primeiro Empréstimo Programático para Reformas do Setor de Previdência Social.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Comissão de Educação analisa mudança na LDB

A Comissão de Educação (CE) se reúne às 11h. Na pauta, projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevendo a duração mínima

de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. A reunião ocorre na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Diretor-geral da Polícia Federal fala à CPI dos Correios

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, se reúne hoje, às 10h, para ouvir dois convidados: o diretor-ge-

ral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e um representante da Interpol. Para as 14h30, a sub-relatoria marcou a exposição de outro convidado, o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal

de Curitiba, Sérgio Fernando Moro, especialista na análise de crimes financeiros e lavagem de dinheiro. As oitavas serão realizadas na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

Sessão deliberativa do Plenário às 14h

O Plenário do Senado realiza hoje sessão deliberativa às 14h. Na agenda, Proposta de Emenda à Constituição 72/05, que disciplina o trâmite das medidas provisórias, que pode ter a segunda sessão de discussão, em primeiro turno. A

pauta está bloqueada por medida provisória que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades e pelo projeto de lei de conversão da MP que trata do seguro de crédito à exportação.



CPI dos Bingos ouve envolvidos nas investigações da morte de Celso Daniel

A CPI dos Bingos reúne-se às 10h30 para ouvir três envolvidos nas investigações da morte do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel. O médico legista do

Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, Paulo Algarate Vasques, que trabalhou na autópsia do corpo; o delegado do Departamento de Investigações Criminais de São

Paulo, Edison Remigio de Santi, que participou das investigações; e o delegado da Polícia Federal José Pinto de Luna, responsável pelo inquérito que apurou o assassinato.



Repactuação de dívida de agricultores na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 9h30 para examinar pauta de 11 itens, entre os quais o projeto que prevê a repactuação das dívidas decorrentes de operações de crédito rural e o que tem por objetivo aumentar as doa-

ções aos fundos em favor da infância e da adolescência. Também constam da pauta mensagens do Executivo com a programação monetária para o primeiro trimestre de 2006 e com pedidos de autorização para contratação de operações de crédito.

Relatório setorial em exame

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizam reunião hoje, às 10h30, para discutir e votar o relatório setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social apresentado à proposta orçamentária para 2006 (Projeto de Lei 40/05-CN). O encontro será no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Diretor do Nucleos presta depoimento

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios ouve hoje, às 14h, o diretor do instituto de seguridade social Nucleos, José Raphael Oliveira da Silva, e os ex-diretores Fernando César Braz Teixeira e Gildásio Amado Filho. O Nucleos é o fundo de pensão das empresas estatais do setor de energia nuclear.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi e pela senadora Serys Slhessarenko



Roosevelt Pinheiro
Gilvam se diz mobilizado para obter recursos do Orçamento

Gilvam solicita projetos a prefeitos do AP

Ao lembrar que o Congresso Nacional deverá aprovar nas próximas semanas o Orçamento da União deste ano, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu aos prefeitos do Amapá e ao governador do estado, Waldez Góes, que finalizem projetos de interesse da população que podem ser financiados com recursos federais. O senador lembrou que para os parlamentares conseguirem liberar verbas orçamentárias é necessário que projetos para a aplicação do dinheiro sejam encaminhados aos respectivos ministérios.

– Estamos mobilizados para buscar os recursos que viabilizarão projetos para o Amapá. Essa grande luta que travamos nos bastidores às vezes não repercute tanto como um discurso feito em Plenário. Mas, no momento, o importante é atuar na Comissão de Orçamento brigando pelos centavos e cada real.

Segundo o senador, a bancada federal do Amapá apresentou várias emendas ao Orçamento, propondo recursos para obras. Uma das emendas reserva R\$ 100 milhões para obras de infra-estrutura básica em todos os municípios amapaenses. Outra, de R\$ 25 milhões, destina-se à construção do Complexo Poliesportivo do Zerão.

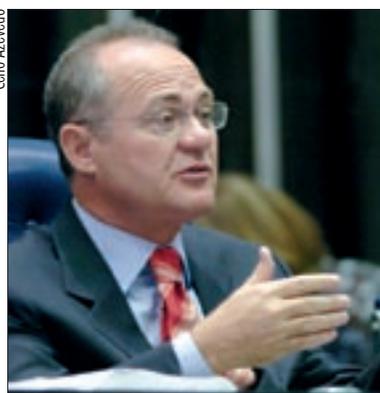
"Não vejo dificuldade em termos um mínimo de R\$ 350 ou R\$ 360, pois a economia pode pagar esse salário", afirma o presidente do Senado

Renan defende política permanente para reajuste do salário mínimo

Em entrevista coletiva, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a criação de uma política permanente para os reajustes do salário mínimo, que recomponha o poder de compra e que seja implementada juntamente com a isenção dos produtos que compõem a cesta básica.

– Eu entendo que precisamos ter o maior salário [mínimo] que a economia puder pagar. Não vejo dificuldade em termos um mínimo de R\$ 350 ou R\$ 360, pois a economia pode pagar esse salário – afirmou.

Para Renan, é possível atingir um valor para o salário mínimo maior que o conseguido no início do Plano Real. “Nós temos estudos que demonstram isso”, revelou. Ele disse que a data (abril ou maio) para o reajuste é apenas um detalhe. A seu ver, o importante é que essa defini-



Célio Azevedo
Renan lembra que o mínimo vem perdendo poder de compra nos últimos anos

ção seja consequência de negociação e se configure em uma política permanente de reajuste.

– Essa coisa não pode ser circunstancial, apenas por um ano. O salário mínimo, com honrosas exceções, vem perdendo poder de compra ao

longo dos últimos anos no Brasil. Este ano é exceção. O ano passado foi outra exceção – assinalou.

Obras no Senado

Perguntado sobre a anunciada construção do anexo 3 do Senado Federal, Renan esclareceu que essa obra é uma decisão antiga da Mesa diretora, já consta do Plano Plurianual (PPA) e tem recursos previstos no Orçamento Geral da União. Ele acrescentou que o Senado é o único órgão público que ainda não havia construído anexo.

– Há hoje no Senado comissão que não tem lugar para funcionar. Não temos onde colocar o Museu do Senado, pertences históricos que estão abandonados em galpões. Quando Brasília foi construída, Oscar Niemeyer já havia previsto a expansão do Senado. É uma necessidade.

Valor do piso salarial é tema em destaque nos debates da semana

A discussão sobre o valor do salário mínimo para 2006 será um dos principais temas em debate nesta semana no Congresso. Hoje, às 10h, o relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, senador Paulo Paim (PT-RS), promoverá em seu gabinete reunião preparatória sobre o assunto. O tema será discutido amanhã, em audiência pública que contará com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e do presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Rezende Lima. Ainda não foram definidos o horário e o local da audiência.

Carlito Merss apóia mínimo de R\$ 350 a partir de maio

O relator-geral do Orçamento da União para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), defendeu ontem o aumento do salário mínimo para R\$ 350, a partir de maio, e a correção de 10% na tabela do Imposto de Renda (IR). A antecipação para abril, em sua avaliação, além de gerar um custo de R\$ 700 milhões para os cofres públicos, colocaria muitos prefeitos em dificuldades para honrar a folha de pagamento de seus municípios.

Merss alertou também sobre a possibilidade de faltar recursos para áreas importantes como educação e saúde na hipótese de o aumento ser antecipado para abril. Ele apontou, contudo, benefícios que a medida poderia acarretar para a economia brasileira.

– Creio que poderá faltar dinheiro para atendimento de demandas específicas, porém um salário ante-



Jane Araújo
Carlito Merss: antecipação de reajuste para abril colocaria prefeitos em dificuldade

cipado para a economia do Brasil é maravilhoso. Teremos mais dinheiro girando. A economia interna vai melhorar. Por isso, sempre afirmo que qualquer coisa que se refira a aumento do salário mínimo não é prejuízo, mas, sim, investimento – observou Carlito Merss.

Distinção entre ato de governo e ato eleitoral

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou ontem com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio de Mello, que sugeriu ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que tome cuidado para não confundir ato de governo com ato eleitoral, dando o exemplo para os demais candidatos às eleições de outubro.

– Esse cuidado, todo homem público tem que ter. Os senadores, os deputados, os ministros, o presidente da República, todos nós que podemos ser candidatos ou exercemos mandato, temos que ter esse cuidado – afirmou.

Em relação às prévias do PMDB e à polêmica sobre a data da sua realização, Renan disse que a decisão sobre o adiamento teria que ser fruto de uma longa e ampla negociação, com a participação de todas as forças, aproximando as correntes, e não dividindo o PMDB.

– Acho que todo mundo tem, mais do que nunca, de trabalhar pela coesão, a unidade e o fortalecimento do partido, para que, sendo forte regionalmente, seja forte também nacionalmente – destacou.

Renan disse ainda que, dificilmente, haverá aliança entre dois grandes partidos nas próximas eleições para a Presidência da República, do tipo em que um partido indica o vice para outro.

– Não há esse quadro. Todo mundo quer candidatura própria.

TV Senado se associa a rede ibero-americana

Representantes de tevês públicas de 15 países ibero-americanos se reúnem em Brasília para delinear uma espécie de consórcio para a realização de documentários. Entre os participantes do 1º Programa de Fomento à Produção e Teledi-

fusão do Documentário Ibero-Americano (DOCTV IB) está a TV Senado.

O ponto central do evento, aberto ontem na Academia de Tênis, e que vai até quinta-feira, é o planejamento dos 15 concursos nacionais DOCTV IB. Eles vão

premiar os melhores projetos de documentários com contratos de co-produção no valor de US\$ 100 mil.

Participam do programa emissoras do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa

Rica, Porto Rico, Cuba, México, Portugal e Espanha, num total de 25 canais. O programa é um desdobramento da experiência nacional (DOCTV), que está na terceira edição. O lançamento dos editais do concurso está previsto para 1º de março.

"Quem nomeia tem que vigiar", afirma o relator da CPI dos Correios, ao justificar a razão pela qual pretende mencionar nome do presidente no documento

Serraglio anuncia que citará presidente no relatório final

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), afirmou ontem que fará referência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no relatório final da comissão, que será apresentado em meados de março.

Para Serraglio, o presidente sabia da existência do mensalão e esteve "muito próximo da negligência" em relação ao caso, à medida que, ao que tudo indica, o esquema teria sido comandado pelo ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, seu subordinado.

– Que o presidente Lula soube, todos nós sabemos que soube. Sabemos, inclusive, que, em uma das ocasiões, ele teria determinado a Aldo Rebelo que tomasse providências. Eu não tenho por que omitir isso. É um fato – destacou o relator.

Quanto a José Dirceu, Serraglio disse que o "contexto geral de dados" dá a entender que seria ele o responsável pela cooptação de parlamentares e pela nomeação para cargos segundo critérios políticos.

– Como José Dirceu praticava isso tudo, em Direito há o que se



Serraglio informa que CPI deve votar nesta semana a convocação de Duda Mendonça

chama de "culpa em vigilando" por parte de Lula. Quem nomeia tem que vigiar – observou o deputado.

Duda Mendonça

Serraglio informou que o requerimento de convocação de Duda Mendonça deve ser votado ainda nesta semana na CPI dos Correios. Segundo o relator, há consenso, no colegiado, em relação à necessidade de se ouvir novamente o publicitário da campanha do presidente da República.

– Parece impossível concluirmos uma investigação como

essa, sem que Duda Mendonça deponha singularmente – observou. Em agosto, ele se apresentou espontaneamente à CPI, durante a oitiva de sua sócia, Zilmar Fernandes.

A viagem dos membros da comissão aos Estados Unidos, onde a CPI pretende buscar informações sobre as contas de Duda no exterior, deve ocorrer, de acordo com Serraglio, entre os dias 30 e 31 deste mês. Com os dados que possam ser ali obtidos é que os parlamentares pretendem voltar a inquirir o publicitário.

Sub-relatorias têm agenda cheia nesta semana

As sub-relatorias da CPI dos Correios reúnem-se hoje. Às 10h, a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção deverá ouvir o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e um representante da Interpol. A reunião terá continuidade às 14h30 para ouvir o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, Sérgio Moro. Às 14h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouvirá o diretor do instituto de seguridade social Nucleos, José Raphael Oliveira da Silva, entre outros depoentes. O Nucleos é o fundo de pensão das empresas estatais do setor de energia nuclear.

Amanhã, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove reunião às 9h30 para discutir projetos que dispõem sobre sociedades cooperativas. Às 10h, o presidente do Tribunal de Contas da

União (TCU), ministro Adylson Motta, falará à Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, que, na quinta-feira, ouvirá o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, da Controladoria Geral da União (CGU). Ele será recebido, como convidado, às 10h.

Na quarta-feira, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios encontra-se às 11h para ouvir o diretor de Investimentos do Fundo de Previdência e Assistência Social Real Grandeza, Ermindo Cecchetto Junior, e o ex-diretor Jorge Luiz Monteiro de Freitas. E na Sub-Relatoria de Contratos, às 14h, o depoimento será do diretor comercial dos Correios, José Otaviano Pereira, e o ex-diretor comercial Paulo Roberto Menicucci. Às 17h, será ouvido por esse colegiado o diretor da

empresa Brockveld Tecnologia e Integração de Sistemas, Edson Maurício Brockveld.

Na quinta-feira, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios reúne-se às 10h com o operador de mercado financeiro Alexandre Athayde Francisco, que diz ter informações sobre a fonte do caixa dois do PT. À Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios comparecerá, às 14h, a chefe do Departamento Jurídico dos Correios, Maria de Fátima Moraes Seleme, responsável pela aprovação de notas jurídicas relativas a editais de licitação e impugnações. Será feita também a oitiva do chefe da divisão de endereço eletrônico do departamento de negócios e operações na Internet dos Correios, Maurício da Silva Marinho, filho do ex-diretor Maurício Marinho.

Palocci depõe nos próximos dez dias, afirma Agripino

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), informou ontem que o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Bingos deve realizar-se nos próximos dez dias. O senador disse ter conversado por telefone com o ministro e esse teria solicitado que a marcação da data leve em conta fatos relevantes que possam ocorrer na economia brasileira. Agripino afirmou que Palocci avisou que vai discutir a data com o presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB), "tomando por base a agenda da economia".

– Com certeza absoluta o ministro Antonio Palocci vem nos próximos dez dias. Há fatos duros que têm de ser explicados. Será uma audiência dura, pois tudo o que tiver de ser tratado será perguntado – garantiu Agripino.

Agenda

Três pessoas ligadas ao caso Celso Daniel, prefeito petista de Santo André (SP) assassinado em janeiro de 2002, prestam depoimento na CPI dos Bingos nesta semana. Hoje, às 11h, a comissão irá ouvir o médico legista Paulo Algarate Vasques e os delegados Edson Santi e José Pinto de Luna. Amanhã, o colegiado vai discutir o relatório parcial do



Palocci está negociando a data com o presidente da CPI dos Correios

caso GTech/Caixa Econômica Federal apresentado pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), na última quarta. Há possibilidade de o documento ser votado pelos senadores já nesta quarta-feira.

Paulo Algarate Vasques trabalhou com o também legista Carlos Delmonte Printes na necropsia do cadáver do ex-prefeito Celso Daniel. Delmonte foi encontrado morto em seu escritório em outubro do ano passado.

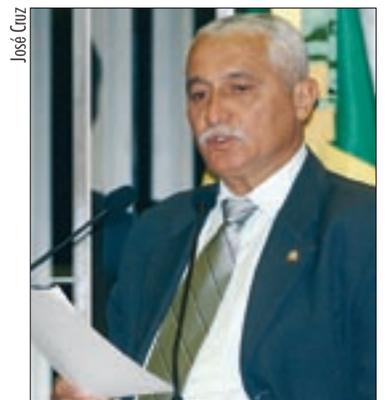
Edson Santi, delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (Deic), e José Luna, delegado da Polícia Federal, participaram das investigações sobre o crime. Luna é o responsável pelo inquérito na Polícia Federal.

Para Augusto, Ministério Público é "baluarte da ordem democrática"

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) elogiou o Ministério Público, destacando sua atuação nas áreas trabalhista – na qual ressaltou o combate ao trabalho infantil –, ambiental e de defesa dos direitos do consumidor. O senador afirmou que a instituição "é um baluarte da ordem democrática do país".

– Nos últimos 17 anos, notouse um aumento vertiginoso na defesa dos direitos coletivos e difusos da população por parte do Ministério Público – observou Augusto.

O parlamentar apontou ainda a importância das alterações promovidas no Ministério Público pela Constituição federal de 1988. Ele lembrou que, antes da promulgação da Carta Magna, uma das atribuições do órgão era a de defender a União – atividade que, segundo Augusto Botelho, "muitas vezes se mostrava conflitante com suas outras funções, causando não poucos constrangi-



Augusto aponta aumento na defesa dos direitos coletivos da população

mentos aos procuradores".

Com a Constituição, ressaltou o senador, determinou-se a criação da Advocacia Geral da União, que assumiu essa atribuição.

– E a nova Carta Magna também estabeleceu que o dirigente máximo do Ministério Público não poderia mais ser demitido *ad nutum*, arbitrariamente, pelo presidente da República – acrescentou o representante de Roraima.

Mão Santa quer PMDB na disputa pela Presidência

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a apresentação, pelo PMDB, de candidato próprio na eleição para presidente da República, em outubro. Em discurso ontem, ele lembrou que a liberdade alcançada pelo partido na luta contra a ditadura militar jamais deveria ser ignorada por seus correligionários, principalmente diante da corrupção denunciada no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Mão Santa lamentou que os peemedebistas neguem a candidatura do partido e condenou o possível apoio da base governista da agremiação à candidatura de Lula à reeleição, frisando que “a riqueza da democracia está na alternância do poder”.

– O PMDB não faltou na ditadura nem vai faltar agora. Tirar o PMDB da sucessão é o mesmo que tirar o Flamengo do campeonato carioca ou o Brasil da Copa do Mundo – afirmou.

Dimensão

O senador disse que o PMDB é um partido popular, o que pode ser constatado pelo número de vereadores, prefeitos, governadores e parlamentares que tem.

– É o maior do continente – observou.

Mão Santa assinalou esperar que o presidente do PMDB, Michel Temer, conduza o partido à unificação, lembrando que a sigla conta “com dois grandes nomes” para disputar a Presidência da República: o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho.



“Tirar o PMDB da sucessão é o mesmo que tirar o Brasil da Copa do Mundo”, compara Mão Santa

Assim que a agenda de votações for liberada, Plenário deverá examinar proposta que muda o rito de tramitação das MPs, visando dar mais agilidade ao processo legislativo



Pedido de verba suplementar para ministérios e mudança na lei sobre seguro de crédito às exportações têm prioridade nas votações em Plenário

Senado inicia semana com pauta bloqueada por medidas provisórias

A pauta da sessão deliberativa do Senado de hoje continua bloqueada por medidas provisórias. Elas já chegaram da Câmara dos Deputados com o prazo limite de 45 dias para discussão esgotado.

A Medida Provisória 266/05 abre crédito extraordinário no valor de R\$ 673,6 milhões em favor dos ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades. O outro item que tranca a pauta é o Projeto de Lei de Conversão 1/06, proveniente da MP 267/05, que

altera a legislação sobre o seguro de crédito às exportações. A proposta autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União no exterior, em alguns casos, com o objetivo de desembaraçar o fluxo do comércio exterior.

Assim que liberar a pauta, os senadores pretendem cumprir a segunda sessão de discussão da PEC 72/05, que trata da mudança no rito de tramitação das MPs, tema considerado urgente pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para que

o processo legislativo possa fluir naturalmente.

Apesar de 65% das sessões de 2005 destinadas à análise de projetos terem sido obstruídas por MPs, o Senado conseguiu apreciar mais de 1.700 matérias durante o ano, muitas vezes estendendo as sessões em que a pauta estava liberada até a madrugada. A ideia é que, ao alterar o trâmite das MPs, não seja mais necessário convocar extraordinariamente o Congresso para deliberar sobre proposições.

Agripino defende votação da PEC que muda rito das MPs

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, disse ontem em entrevista que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda o rito de tramitação das medidas provisórias deverá ser votada “de qualquer maneira” durante a convocação extraordinária.

De acordo com a proposta (PEC 72/05), a MP somente terá força de lei depois que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado ou da Câmara – dependendo da Casa em que se iniciar a tramitação – decidir se ela cumpre os pressupostos de urgência, relevância e constitucionalidade. Atualmente, as MPs têm força de lei a partir de sua publicação.

– Com isso, o Executivo vai pensar dez vezes antes de editar uma medida provisória e se desgastar – afirmou o senador.



Segundo Agripino, mudança fará Executivo “pensar dez vezes antes de editar uma MP”

“É preciso vigilância, vigilância e vigilância sobre Lula”

Na opinião de José Agripino, é necessária “vigilância, vigilância e vigilância” sobre o presidente Lula, que é, conforme afirmou, “reincidente em matéria de desrespeito às leis eleitorais”. O parlamentar referia-se à matéria publicada no jornal *O Globo*, em que o ministro do Supremo Tribunal Federal e futuro presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, adverte o presidente para que não transforme eventos do governo em palanque eleitoral.

Agripino disse que o TSE será mais rigoroso no julgamento do que é legal e ilegal nas campanhas e que o PFL vai estar atento, uma vez que Lula é “um cidadão condenado pela Justiça Eleitoral”.

O TSE condenou o presidente a pagar multa de cerca de R\$ 48 mil em dezembro de 2005, observou, por ter considerado como propaganda eleitoral antecipada a comparação que fez dos dois primeiros anos de sua gestão com os oito anos do governo Fernando Henrique.

Executivo já editou quase 800 MPs desde 1988

Desde a Constituição de 1988, quando foram criadas, o Executivo enviou ao Congresso 794 medidas provisórias (MPs). Se contadas as reedições (permitidas até a Emenda Constitucional 32, de 2001), o número salta para mais de 6.300. A mais recente medida provisória, editada na quarta-feira, é de número 277/06 (a numeração foi reiniciada por conta de emendas constitucionais). É a 175ª MP do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Henrique Cardoso, nos dois mandatos, enviou ao Congresso 263. Itamar Franco baixou 142 MPs; Fernando Collor 89 e José Sarney, 125. O governo Lula é o recordista, com média de sete MPs por mês, contra 5,5 de Fernando Henrique.

	José Sarney 125
	Fernando Collor 89
	Itamar Franco 142
	Fernando Henrique 160 (1º mandato) 103 (2º mandato)
	Luiz Inácio Lula da Silva 175
TOTAL 794	



Segundo cálculos de Alberto Silva, país desperdiça R\$ 6 bilhões nas rodovias

Alberto Silva defende plano para recuperar estradas

Alberto Silva (PMDB-PI) calculou ontem que o país desperdiça anualmente 4 bilhões de litros de óleo diesel – ou R\$ 6 bilhões – em razão da má conservação das estradas. Para resolver o problema, o senador voltou a defender a adoção de um plano de recuperação de 30 mil quilômetros de rodovias federais, apresentado por ele à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e que possibilitaria recuperar mil quilômetros de estradas a cada mês.

O senador admitiu que tapar os buracos das estradas pode reduzir o desperdício momentaneamente, mas enfatizou ser necessário recuperar todo o asfalto e não apenas fazer remendos.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) observou que as estradas brasileiras foram construídas numa época em que a tonelagem dos caminhões era menor. Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que Alberto Silva já havia prevenido o governo sobre a situação das estradas.

▼ Tapa-buraco já chegou a 12% das rodovias

O Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas já recuperou 12% dos 26,4 mil quilômetros de rodovias do país, segundo informou o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa. Com dispensa de licitação para 7,4 mil quilômetros, a operação tapa-buracos – como ficou conhecida – começou em 9 de janeiro.

Os motoristas podem consultar, via Internet, os mapas com as condições das rodovias federais e das principais rodovias estaduais e sob concessão. Os mapas têm como fonte a Pesquisa Rodoviária 2005, levantamento completo sobre o estado de conservação das rodovias do país, divulgado em setembro de 2005. As informações podem ser conferidas no site da Confederação Nacional do Transporte (CNT) – www.cnt.org.br.

Substitutivo de Rodolpho Tourinho a projeto de sua autoria fixa marco regulatório para o setor, ao dar tratamento específico a atividades até agora regidas pela Lei do Petróleo

Estímulo ao gás natural pode ser votado amanhã pela CCJ

Projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece o marco regulatório do gás natural (PLS 226/05) poderá ser votado amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em forma de substitutivo apresentado pelo próprio autor. A matéria tramita em conjunto com o PLS 100/04 e com o PLS 101/04, ambos do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que tratam do mesmo tema, e será ainda examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Tourinho, que foi ministro de Minas e Energia de 1999 a 2001, explicou que atualmente o setor é regido pela Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que regulamentou a Emenda Constitucional 9/95. A emenda flexibilizou o monopólio estatal e permitiu que empresas



Proposta de Tourinho tramita na CCJ em conjunto com outros dois projetos

privadas participassem desse segmento. No entanto, disse o senador, as atividades relacionadas ao gás natural necessitam de um tratamento específico.

Consumo

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a demanda de gás natural tem apresentado uma tendência crescente.

O Brasil passou de um consumo de 4,2 bilhões de metros cúbicos, em 1990, para 7,7 bilhões de metros cúbicos, em 1999, o que significa um crescimento anual acumulado de 7%. A agência salienta, em documento do Fórum Canadá-Brasil de Gás Natural, que a partir da interconexão com a Bolívia, inaugurada em 1999, o consumo anual brasileiro cresceu 25,1%, chegando a 15,1 bilhões de metros cúbicos em 2002.

Ainda segundo a ANP, do total de gás natural consumido no país, 78% são utilizados pelos estados do Sul e do Sudeste. São Paulo é o maior consumidor – 33,5% –, seguido pelo Rio de Janeiro, que representa 24,96% do consumo nacional. A indústria – especialmente a química e a siderúrgica – impulsionou o aumento da demanda a partir de 1990.

Debates levam autor a modificar projeto

A proposta que estabelece o marco regulatório para o setor de gás natural recebeu modificações do próprio autor, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O substitutivo apresentado por ele é resultado de diversas discussões sobre o tema e também de emendas apresentadas pelos senadores ao Projeto de Lei (PLS) 226/05. O relator da matéria é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Segundo a proposta, a política energética nacional para o gás natural terá a finalidade de aumentar a utilização do produto na economia. Para tanto, deverá, pelo projeto, incentivar a expansão da

produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existente no país. É ressaltado ainda que os usuários e o meio ambiente precisam receber proteção e que o mercado deverá tornar-se competitivo, não discriminando as empresas que nele atuam.

Tourinho lembrou, na justificativa do projeto, que a criação do marco regulatório para o setor tem a finalidade de estabelecer uma norma legal mais adequada às atividades relacionadas ao gás natural, que não foram tratadas de forma específica na Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que hoje rege o setor.

O senador informou que atualmente o uso de gás natural representa 9% da matriz energética nacional, contra a média mundial de 24%. Ele afirma que a falta de um marco regulatório para o gás natural inibe investimentos na indústria e aprofunda a concentração do mercado na Petrobras.

O projeto ainda estabelece a instituição do Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural (Ongás), que deverá promover o uso eficiente dos gasodutos de transporte e unidades de armazenamento de gás natural para aumentar a confiabilidade do sistema.

Assentamentos não têm infra-estrutura, afirma Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apontou, em Plenário, a carência de infra-estrutura nos assentamentos da reforma agrária no Tocantins, que já conta com 285 novos núcleos rurais. Segundo ele, faltou planejamento para propiciar a viabilidade econômica dos empreendimentos, e o atendimento das populações assentadas acaba sobrecarregando as prefeituras.



Eduardo: falta de planejamento inviabiliza empreendimentos

– Muito mais prático seria que houvesse um planejamento combinado com municípios e governadores para implantar um novo assentamento no estado, porque aí todos os entes federativos teriam condições de

colocar recursos nos seus orçamentos previamente, para não vermos brasileiros abandonados à própria sorte – disse.

O senador também contestou parecer da Corporação Andina de Fomento que concluiu pela inviabilidade econômica da Ferrovia Norte-Sul.

– Ela é inviável para aqueles que não moram nesse Brasil novo que aguarda a chegada da infra-estrutura – protestou o senador, que recebeu apertes de Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Mão Santa (PMDB-PI), Augusto Botelho (PDT-RR) e Alberto Silva (PMDB-PI).



Leomar Quintanilha defende viabilidade econômica da Ferrovia Norte-Sul

Quintanilha: Ferrovia Norte-Sul é obra "estruturante"

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) afirmou, ontem, que a avaliação feita pela Corporação Andina de Fomento, segundo a qual a construção da Ferrovia Norte-Sul seria “economicamente inviável”, está equivocada.

Para o senador, trata-se de uma “obra estruturante para o Brasil”, não apenas porque modificará toda a logística do Centro-Norte do país, mas porque mudará a matriz de transporte nacional e dará destaque às regiões interioranas.

– Nossa matriz de transporte privilegia, há muito tempo, a modal rodoviária, que é a mais cara do mundo. Além disso, é preciso conferir competitividade às regiões interioranas, para que elas possam participar do processo de desenvolvimento do país – disse.

A Corporação Andina de Fomento é uma instituição financeira multilateral, com sede em Caracas. É um órgão consultivo, que tem entre suas atribuições fazer estudos de viabilidade econômica de empreendimentos realizados no território de seus acionistas.

Segundo Quintanilha, a entidade identificou problemas em um determinado trecho da ferrovia e considerou isso razão suficiente para descartar todo o projeto.

– Nós precisamos considerar que a Ferrovia Norte-Sul vai integrar importantes regiões do país. Ela vai viabilizar inúmeros projetos e aproveitar um potencial econômico enorme – afirmou, citando como exemplo as vantagens que a obra trará para seu estado, Tocantins.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) declarou que “é preciso cercar fileiras para que os inimigos da obra não tenham êxito”. Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), por sua vez, observou que, quando se falou na construção de Brasília, muitos também disseram que a obra seria “economicamente inviável”. Augusto Botelho (PDT-RR) juntou-se aos colegas no protesto pela avaliação da Corporação Andina.



Viana elogia política externa colocada em prática pelo governo do presidente Lula

Tião Viana ressalta maior integração entre Brasil e países andinos

O senador Tião Viana (PT-AC) saudou ontem, em Plenário, a inauguração de uma ponte ligando o município de Assis Brasil, no Acre, a Iñapari, no Peru, ocorrida no último sábado. Para o parlamentar, o empreendimento amplia a integração do Brasil com as nações andinas, além de

aproximar o país da Ásia.

Viana elogiou a política externa do atual governo com relação à América Latina, destacando suas diretrizes e expondo os resultados. O senador disse que o presidente Lula, que participou da inauguração da ponte ao lado do presidente peruano, Alejandro

Toledo, procura fortalecer o diálogo com os países vizinhos, aumentando os laços econômicos e comerciais com eles, além de estender a integração da infra-estrutura de comunicação, energia e transportes. Segundo o representante acreano, o aumento das exportações brasileiras para

os países da América Latina, de US\$ 10 bilhões em 2002 para US\$ 27 bilhões em 2005, é um dos resultados dessa nova política.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou que o povo de Roraima já vivencia grande integração com a Venezuela, país com o qual tem fronteira.

Marcelo Crivella cobra punição para assassinos de Jean

Em discurso pela liderança do Partido Republicano Brasileiro (PRB), o senador Marcelo Crivella (RJ) fez um apelo para que as autoridades inglesas punam os responsáveis pela morte do brasileiro Jean Charles de Menezes. Ele foi morto a tiros por policiais ingleses, no metrô de Londres, há seis meses, ao ser confundido com um terrorista. Para o parlamentar, Jean Charles foi "assassinado covardemente".

Crivella, que preside a CPI Mista da Emigração Ilegal, afirmou que parlamentares e representantes do Ministério Público e da Polícia Federal, entre outras instituições brasileiras, que foram à Inglaterra conversar com as autoridades sobre o assunto, receberam a garantia de que as investigações seriam realizadas de modo a encontrar e punir os responsáveis.

Ele ressaltou que as autoridades estrangeiras precisam saber que, se for cometido qualquer ato de violência contra um brasileiro no exterior, "o Brasil tem um governo, um parlamento e um povo que irão exigir justiça".

Lembrando a situação de Jean Charles, que deixara o Brasil em busca de melhores condições de vida, o parlamentar questionou se esse seria o preço a ser pago pela democracia no mundo.

Marcelo Crivella considerou ainda que "um ser humano não pode ser considerado ilegal, principalmente tratando-se da Inglaterra, berço do neoliberalismo, que prega a globalização e a livre circulação de capitais".



Crivella: autoridades inglesas garantiram que os responsáveis serão punidos

"Parlamento é o coração político do Mercosul", afirma Zambiasi

Decisão dos países-membros é uma das iniciativas mais importantes da história da América do Sul, afirma o presidente do grupo brasileiro da Comissão Parlamentar Conjunta do bloco

A criação do Parlamento do Mercosul, em dezembro último, foi destacada, da tribuna, pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Presidente do grupo brasileiro da Comissão Parlamentar Conjunta do bloco comercial, ele afirmou que o Legislativo da entidade é uma das iniciativas mais importantes da história política da América do Sul.

O protocolo de criação do Parlamento do Mercosul foi assinado pelos presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai na última reunião de chefes de Estado do bloco, realizada no mês de dezembro, em Montevidéu. A instituição terá sede na própria



Segundo Zambiasi, órgão vai representar a sociedade civil dos países-membros

capital do Uruguai e deve entrar em funcionamento até o fim deste ano. Inicialmente, o órgão contará com 18 integrantes de cada país-membro, indicados pelos

respectivos parlamentos.

Classificada por Zambiasi como "órgão de representação dos povos do Mercosul, independente e autônomo", a entidade legislativa vai representar a sociedade civil dos países integrantes do bloco junto ao Poder Executivo de cada nação e junto ao Tribunal Permanente de Solução de Controvérsias do Mercosul, com sede em Assunção, no Paraguai. A partir de 2011, os cidadãos dos países-membros do Mercosul poderão escolher por voto direto os integrantes da instituição.

— O Parlamento é o coração político do Mercosul — acrescentou Zambiasi.

Romero Jucá destaca acordo para construção de gasoduto

Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu ontem a iniciativa dos presidentes da Argentina, do Brasil e da Venezuela, durante encontro na semana passada, de acelerar o andamento do projeto para a construção de um gasoduto que se estenderá da Venezuela até o sul do continente, na Patagônia, cortando todo o Brasil. O senador frisou que a medida vai permitir interligar o sistema energético de praticamente toda a América do Sul.

Jucá lembrou que os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez (Venezuela) e Néstor Kirchner (Argentina) comprometeram-se com a finalização do projeto e início da execução em julho deste ano. O parlamentar destacou a importância da obra para o futuro dos países envolvidos e disse que a iniciativa "visa ao desenvolvimento do continente como um todo".

Jucá dirigiu um apelo aos mi-



Empreendimento vai interligar sistema energético sul-americano, assinala Jucá

nistros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, que coordenam o projeto, no sentido de implementar os estudos para a instalação do primeiro ramal do gasoduto em Roraima. O senador pediu a transcrição de noticiário publicado por *O Globo*, pelo *Jornal do Brasil* e pela *Folha.com.*, sobre o assunto.

Romero Jucá afirmou ainda que o PMDB trabalha pelo lançamento de uma candidatura própria à Presidência da República, para ocupar seu real espaço no Brasil.

Obra deve suprir necessidade de gás do Brasil

Um dos principais projetos de infra-estrutura a ser executado no continente sul-americano nos próximos anos, o megagasoduto interligando Venezuela, Brasil e Argentina terá extensão de cerca de 10 mil quilômetros.

O empreendimento, acertado na semana passada, em Brasília, pelos presidentes dos três países, deverá custar entre US\$ 17 bilhões e US\$ 25 bilhões, e, segundo o Ministério de Minas e Energia da Venezuela, ficará pronto num período de seis anos.

De acordo com informações do ministério venezuelano, o megagasoduto vai transportar 150 milhões de metros cúbicos de gás por dia da Venezuela para o Brasil. Esse volume será suficiente para suprir as necessidades brasileiras, inclusive nas regiões Norte e Nordeste.

Em março, os presidentes Lula, Hugo Chávez e Néstor Kirchner voltam a se reunir, em Mendoza (Argentina), para debater novos estudos a respeito do projeto.



Para Fátima Cleide, promessa neoliberal não encanta mais as classes populares

Fátima Cleide prevê ascensão da esquerda na AL

Ao comemorar as eleições de Michelle Bachelet para presidente do Chile e de Evo Morales, da Bolívia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou ontem que há forte favoritismo para candidatos de esquerda e de centro-esquerda em vários países nas próximas eleições presidenciais na América Latina. A seu ver, essa tendência de eleger "lideranças formadas nos movimentos sociais" se desenhou a partir de um cenário político inaugurado com a eleição do presidente Lula.

— As promessas do neoliberalismo, fundadas no Estado mínimo e na regulação da economia pelo próprio mercado, não encantam mais as classes populares, arrasadas pelo desemprego e pela perversa falta de atendimento básico em educação e saúde. A eleição de Lula rompeu com a hegemonia conservadora e iniciou a superação desse quadro de sucateamento do Estado.

A senadora ressaltou que "a vitória de Morales marca, com a presença de um líder indígena na presidência da Bolívia, a vitória dos colonizados diante dos colonizadores". A seu ver, foi dado um passo largo e firme no resgate da identidade para os povos de todo o continente.

Por outro lado, Fátima Cleide classificou a eleição de Michelle Bachelet como uma ruptura de muitos preconceitos.

— Médica, mulher progressista de esquerda e ambientalista, Michelle Bachelet é o retrato da mulher que conquista, na luta com a sociedade, um espaço político de expressão em seu país.

Serys aponta avanços do turismo no país

Resultados favoráveis exibidos pelo setor brasileiro de turismo em 2005 levaram a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) a destacar ontem, em discurso no Plenário, levantamento sobre a atuação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) nos mercados interno e externo. No ano passado, disse, a entidade participou de 54 feiras internacionais, que reuniram 569 expositores, e marcou presença em eventos em 124 cidades ao redor do mundo.

– Os números são recordes e há a expectativa de que, em 2006, seja superada a marca de 5,5 milhões de estrangeiros no país, que devem gerar quase US\$ 4 bilhões em divisas – enfatizou a senadora.

Meio ambiente

Serys também elogiou o trabalho desenvolvido por Marina Silva, eleita pelo jornal inglês *The Independent* uma das dez maiores personalidades mundiais defensoras do meio ambiente.

– Todos sabemos do esforço, do trabalho, da vontade e da determinação política da ministra Marina Silva em defesa do meio ambiente – ressaltou a senadora por Mato Grosso. A determinação demonstrada pela “ecoguerreira” foi reconhecida ainda, em aparte, pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Outro assunto comentado por Serys foi a assinatura de convênio entre a TV Câmara e a Assembléia Legislativa de Mato Grosso. A iniciativa “é da mais alta relevância para o fortalecimento da televisão pública no país”, afirmou.



Segundo Serys Shessarenko, números sobre o setor exibidos pela Embratur são recordes

Primeira semana da convocação extraordinária foi marcada pela extinção do privilégio para parlamentares. Ao promulgar decreto, Renan Calheiros ressaltou que Congresso Nacional reflete vontade da sociedade



Aprovado pelo Senado, projeto de decreto legislativo acaba com a ajuda de custo para parlamentares durante convocações extraordinárias

Fim do pagamento de salário extra foi destaque no Plenário do Senado

O Congresso reflete o que a sociedade quer e se essa realidade não for levada em consideração, ele perde legitimidade. Assim o presidente do Senado, Renan Calheiros, comentou a decisão da Casa de acabar com a ajuda de custo paga aos parlamentares nas convocações extraordinárias. Já publicado no *Diário Oficial* da União, o decreto legislativo referente à matéria envolveu amplo debate público e representou um marco das atividades do Senado na última semana, a primeira da fase de votações em Plenário da atual convocação extraordinária.

Antes de ter sua pauta obstruída por novas medidas provisórias (MPs), na última quinta-feira, o Plenário concluiu ainda a votação de outras

dez matérias. Uma das propostas, de grande alcance social, estende a licença-maternidade e paternidade a mães e pais adotivos. Eles passam, assim, a dispor de tempo para dedicarem-se à criança e à sua adaptação ao novo lar. A emenda constitucional, que tem a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) como primeira signatária, seguirá para exame da Câmara.

Também avançou o debate sobre as dificuldades geradas pelas MPs para os trabalhos legislativos. Para isso, na quinta-feira, foi realizada a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05), do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que disciplina a edição das MPs pelo

Executivo. No ano passado, a pauta do Senado esteve obstruída por essas proposições em 65% das sessões destinadas à análise de matérias.

Amplo apoio

O fim do pagamento da ajuda de custo obteve apoio praticamente unânime na Casa. Autor do parecer em Plenário à proposta da Câmara (PDL 60/06), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) frisou que a decisão era uma resposta à sociedade, que exigia do Parlamento medidas moralizadoras. Por recomendação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi apensada ao projeto da Câmara matéria de mesmo teor, do próprio Jefferson, aprovada pelo colegiado também na semana passada.

Demostenes lamenta ineficácia do Orçamento brasileiro

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que as três peças que formam o Orçamento da União são ineficazes. Ao citar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), o senador lamentou que esses sejam documentos absolutamente sem valor. Em sua avaliação, os projetos e recursos empenhados nessas peças podem ser cancelados a qualquer momento pelo



Demostenes sugere que três peças orçamentárias tornem-se uma só

governo federal, o que acaba fazendo delas instrumentos de barganhas políticas.

– O Orçamento, que é a peça de discussão fundamental de qualquer Parlamento mundial, que paralisa a sociedade, no Brasil infelizmente não serve para nada – criticou.

O senador explicou que a LDO é a norma legislativa que traz as metas e prioridades do governo para o ano seguinte, enquanto o PPA

abrange um período de quatro anos e fixa de forma regionalizada o planejamento das ações governamentais.

Já a LOA, que abrange os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais, estima a receita e fixa a despesa que o governo federal está autorizado a realizar em determinado ano. Para Demostenes, as três peças deveriam ser reunidas em apenas uma, o que aumentaria a eficácia do Orçamento e aceleraria a realização de obras de infra-estrutura no país.

Demostenes foi aparteado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Papaléo reclama de discriminação no Amapá

Ao registrar que no dia 20 de dezembro a Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor inaugurou, em Macapá, sua sétima unidade, o Sarah Amapá, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou o trabalho da instituição na assistência médica especializada e gratuita nas áreas de reabilitação, ortopedia e neuropsicologia. Ele só lamentou o fato de, por ser parlamentar da oposição, ter sido discriminado por autoridades amapaenses durante a solenidade de inauguração.

– Sei que a discriminação não partiu da comitiva do presidente da República, mas de autoridades locais. Felizmente o presidente da Rede Sarah, Aloysio Campos da Paz, e a técnica da instituição, Lúcia Braga, nos deram a atenção necessária naquela ocasião – disse Papaléo.

O senador registrou que, segundo levantamento de 2002, a Rede Sarah manteve a média de 5.271 atendimentos diários, totalizando 1,3 milhão de atendimentos nos hospitais de Brasília, São Luís, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Fortaleza.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao governo que use os hospitais da Rede Sarah como exemplo. Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou a presença do presidente Lula na inauguração do Sarah Amapá. Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) aplaudiu a Rede Sarah não só pelos atendimentos que presta mas também pela difusão de conhecimentos que a entidade realiza.



Papaléo registra trabalho desempenhado pela Rede Sarah de Hospitais